

**O CÂNONE LITERÁRIO DA ANTIGUIDADE:
CONSIDERAÇÕES SOBRE *PARA LER O OCIDENTE*,
DE JOSÉ HILDEBRANDO DACANAL**

The literary canon of the Antiquity: considerations about *Para ler o Ocidente*,
by José Hildebrando Dacanal

Bruno Marques Duarte
FURG
Mauro Nicola Póvoas
FURG

RESUMO

Análise e descrição da obra *Para ler o Ocidente: Hélade, Israel, Roma*, lançada em 2013 por José Hildebrando Dacanal, em que o professor e crítico gaúcho examina autores e obras fundamentais da Antiguidade, os quais construíram a noção moderna de Ocidente, a partir de três diferentes legados: o grego, o israelita e o latino. Baseando-se nos pressupostos da teoria da história da literatura, extraídos de David Perkins e Siegfried Schmidt, o artigo traz à tona questões relativas à obra historiográfica de Dacanal, tais como cânone, cronologia, herói, gêneros literários, contexto histórico, entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: literatura ocidental; Antiguidade; Grécia; Israel; Roma.

ABSTRACT

Analysis and description of the work *Para ler o Ocidente: Hélade, Israel, Roma*, launched in 2013 by José Hildebrando Dacanal, in which the gaúcho professor and critic examines fundamental authors and works from the Antiquity, which have constructed the modern notion of West, since the three different legacies: the Greek, the Israelite and the Latin. Based in the assumption of the history of literature theory, extracted from David Perkins and Siegfried Schmidt, the article brings to light questions related to the historiographic work of Dacanal, as canon, chronology, hero, literary genres, historic context, among others.

KEYWORDS: Western literature; Antiquity; Greece; Israel; Rome.

A partir de tópicos extraídos da teoria da história da literatura, este artigo analisa as características e os critérios que organizam a escrita de *Para ler o Ocidente: Hélade, Israel, Roma*, publicada em 2013, pelo professor e crítico literário José Hildebrando Dacanal (a partir daqui, JHD). A referida obra insere-se no conjunto de histórias da literatura ocidental escritas por autores brasileiros ou aqui radicados, que se dedicaram a reconstituir o percurso do passado literário que configurou a cultura do Ocidente: Manuel Bandeira em *Noções de história das literaturas*, de 1940; Otto Maria Carpeaux em *História da literatura ocidental*, de 1947; e Salvatore D'Onofrio em *Literatura ocidental: autores e obras fundamentais*, de 1997.

A história da literatura, cujo objetivo central é compreender as origens e os processos de transformações e de desenvolvimento do fenômeno literário, fundamenta-se, desde o seu início, no século XIX, em pressupostos teóricos e metodológicos oriundos de outras ciências modernas. De modo geral, ela assume uma relação orgânica baseada em três caminhos principais: o biográfico/psicológico, o sociológico e o estético. O primeiro caminho desvia o foco de análise do

texto literário para a vida do autor. Nessa perspectiva, a biografia do escritor torna-se determinante para o exame da obra. Amparada numa concepção romântica de “gênio criador”, o conhecimento das experiências contidas na vida do artista torna-se a base para o entendimento da literatura. Além disso, tal estudo baseia-se também na Psicologia, outra disciplina em voga na época, que influenciou a análise literária pelo desvendamento dos estados mentais do autor no decorrer do processo de criação da obra.

A sociologia, como caminho teórico-metodológico para a investigação da literatura, obteve primazia perante as outras propostas, uma vez que se articula com diversas outras questões correlacionadas, como a política, o poder, a posição social do escritor, o público leitor, o significado social da obra, suas condições econômicas e sociais de produção e recepção. Desde então, a sociologia foi sempre uma disciplina considerada importante para os estudos literários. Já a terceira via concentra-se em examinar as características estilísticas dos textos, suas particularidades criativas, suas figuras de linguagem, seus efeitos de sentido. Por conseguinte, dentre os três vieses apresentados, esse último é o que mais se aproxima do texto enquanto especificidade e artefato essencial à literatura, numa postura imanente.

David Perkins, em *História da literatura e narração*, a propósito da narratividade na historiografia literária, sublinha que as narrativas histórica e ficcional preenchem os critérios essenciais do ato de narrar, uma vez que elas apresentam “a transição, através do tempo, de um estado de coisas a outro diferente, e um narrador nos conta essa mudança” (PERKINS, 1999, p. 1). E como toda narrativa tradicional, apresenta uma entidade, o herói, que sofre esse processo de transição; obviamente, nas histórias da literatura, esse herói não é uma pessoa, mas um gênero literário ou um tema ideal é que a protagonizam. Nesse sentido, Perkins enfatiza “que a história literária pode usar somente formas tradicionais de narrativa. (...) as formas modernistas de narração nela não foram exploradas e não podem ser adaptadas a seus propósitos” (PERKINS, 1999, p. 3). Segundo o mesmo autor, há uma intenção organizadora inata às histórias literárias, as quais justificam omissões e ênfases, e a maneira tradicional de contar uma história – estruturação em começo, meio e fim – ajuda na consecução desse objetivo.

Siegfried Schmidt, no ensaio “Sobre a escrita de histórias da literatura”, aponta que a pesquisa histórico-literária recente é governada por determinados conceitos, tais como “literatura”, “história”, “história da literatura”, “teoria”, “método”, entre outros. Assim, a escrita de histórias da literatura mostra-se dependente da implementação e/ou interpretação desses conceitos essenciais. Desse modo, aparecem diferentes modelos de histórias da literatura, em função da definição que se têm desses termos e das possibilidades de narrativa que o historiador escolhe para o seu projeto.

Nesse sentido, um aspecto pertinente é a consciência da impossibilidade de considerar os dados do passado como uma imagem verdadeira e objetiva. Os “eventos” e “fatos” são necessariamente construções textuais que se tornam coerentes à luz de molduras teóricas cognitivas – implícitas ou explícitas – de um observador específico, ou seja, “um sistema vivo de cognição” (SCHMIDT, 1996, p. 104). Por conseguinte, o critério para a aceitação ou a rejeição das histórias literárias não mais é a “verdade” ou a objetividade, mas sim, a plausibilidade, a aceitabilidade intersubjetiva e/ou o interesse, relacionados com os grupos sociais que aceitam o projeto como uma leitura válida.

Conforme Schmidt, o aspecto mais problemático da escrita de histórias literárias reside no necessário estabelecimento de relações, isto é, a “concatenação dos dados” em uma unidade coerente (épocas, períodos, gêneros etc.). A construção das mencionadas unidades depende diretamente dos conceitos propostos, que possibilitam modelos de esquema histórico: “teleologia, teleonomia, inovação, mudança, continuidade e descontinuidade, influência, contiguidade, efeito, estrutura e evolução” (SCHMIDT, 1996, p. 104).

Em tese, caberia ao historiador da literatura elucidar de forma satisfatória os critérios que fundamentam a sua escrita, ilustrando os procedimentos e pressupostos teóricos, assim como os

motivos e as intenções que estão na base da escrita da história da literatura. Com isso, têm-se posteriormente marcas expositivas que tornam menos opaco o exame da historiografia literária a partir dos critérios de construtividade e historicidade da mesma. O historiador torna-se avaliado de acordo com suas necessidades, competências, motivos, interesses e lugar que ocupa dentro das instâncias sociais. Portanto, a teoria proposta por Schmidt tem como meta demonstrar os critérios de construtividade nas operações cognitivas inerentes aos historiadores, implícita ou explicitamente.

Do ponto de vista estrutural, *Para ler o Ocidente: Hélade, Israel, Roma* distribui-se em três capítulos extensos, divididos em subcapítulos que abordam os escritores e suas respectivas obras-primas. Há ainda dois capítulos sucintos que estabelecem a entrada e o término da obra de JHD. Essa primeira parte compõe-se de dois textos de caráter prefacial: o primeiro intitula-se “Ao leitor”; o segundo, “Introdução”. Seguem-se “Primeira parte – Hélade”, “Segunda parte – Israel” e “Terceira parte – Roma”; por último, há um “Epílogo”, que na verdade é a continuação da parte dedicada à cultura romana. Constata-se, por meio dessa sumária apresentação, que a história da literatura ocidental de JHD assenta-se em três tópicos principais, quais sejam, as civilizações grega, israelita e latina.

Em tese, a apresentação de um prefácio (ou introdução) constitui um dos elementos essenciais das histórias da literatura, pois possibilita uma melhor leitura e compreensão de como foram pensadas essas obras. Além disso, o leitor torna-se ciente dos critérios que definem a escrita dos historiadores da literatura. Uma introdução eficiente é aquela em que o leitor tem clareza dos conceitos que orientam o pesquisador/autor, pois conforme sublinha Tynianov: “o ponto de vista adotado determina o tipo de estudo histórico” (TYNIANOV, 1976, p. 106).

JHD expõe no texto “Ao leitor” – escrito, conforme indicação ao seu final, em Porto Alegre, no mês de março de 2013 – que ao invés de redigir uma introdução erudita em que estabelecesse tecnicamente os principais conceitos utilizados – o de “Ocidente”, por exemplo –, bem como a metodologia expositiva adotada, opta por apresentar algumas concisas observações, numeradas de um a cinco. No primeiro tópico, o autor alega que a sua história da literatura ocidental é o cumprimento, parcial, de uma promessa feita aos seus alunos, que é a de “listar e apresentar as obras-mestras do legado literário ocidental” (p. 11)¹. Além disso, o escritor anuncia que planeja uma segunda parte do livro, que tratará da literatura produzida na Europa, uma vez que este primeiro volume vai até Boécio, que morreu em 524 d.C.

A segunda observação adverte que a obra em pauta não foi escrita para especialistas, ainda que deles o escritor eventualmente adote o tom. Na sequência, JHD enfatiza que a sua formação intelectual provém da “sólida tradição erudita da escola anglo-germânica”, afastando-se “da tradicional, convencional e superficial visão franco-ibérica, fortemente marcada pelo iluminismo tardio e quase sempre militantemente antirreligioso” (p. 11).

No terceiro item, o autor refere que, por tratar-se de um simples roteiro de leitura, a obra apresenta lacunas, “ora decorrentes de sua própria natureza, ora das condições precárias em que foi produzida” (p. 11). JHD está consciente de que o processo de elaboração da escrita das histórias da literatura é sempre seletivo, e ser a narrativa do passado “seletiva e lacunar não significa que seja falsa, porque se admitimos isso, o único relato fiel do passado seria o próprio passado, e não o veríamos como história” (PERKINS, 1999, p. 9). Neste aspecto, JHD está em consonância com o conceito de história de Walter Benjamin, a qual revela que a produção de um texto histórico sempre deixa espaços a serem preenchidos, dado que é o presente que determina as escolhas do historiador ao se voltar para um objeto pretérito. Benjamin pensa a história como um processo descontínuo e fragmentado, com o conhecimento do passado servindo para que possa haver a libertação das armadilhas do presente, proporcionando uma visão crítica e consciente do nosso lugar no tempo

¹ Em todas as citações do livro de JHD, só se mostrará a página. A referência completa do livro encontra-se nas Referências.

histórico: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

A quarta colocação enuncia que, pela própria natureza informativa do texto, o autor julga suficiente limitar a bibliografia àqueles títulos que impunha a sua honestidade intelectual. Desse modo, JHD salienta que se houver alguma falha na sua história da literatura, ela não terá sido intencional. Quanto aos textos traduzidos, eles procedem de várias origens, sendo que algumas traduções são do próprio autor, com as demais citadas nas referências.

Na quinta e última observação, o escritor aponta que, “com parca esperança”, deseja acreditar que o seu “esforço possa servir de auxílio a quem, em meio ao monstruoso e crescente acúmulo de informações inúteis, quando não falaciosas, estiver buscando identificar os autores e as obras-mestras que fundaram o Ocidente e que ainda o sustentam” (p. 12). Assim, em meio ao excesso de informações (muitas das quais incorretas ou incompletas) que hoje é disponibilizado pelos meios de comunicação de massa e pelo mundo virtual da rede mundial de computadores, JHD espera ser um porto seguro e um diferencial, com informações que o leitor pode ter a certeza de que são confiáveis.

O próximo texto que compõe o pórtico da obra é a “Introdução”. Num primeiro momento, JHD narra a formação geopolítica e histórica que configurou as três grandes civilizações em tela – Hélade, Israel e Roma –, em um movimento temporal do mais antigo ao mais próximo. Assim, começa falando das grandes migrações no continente europeu e no Oriente Médio, entre 1900 e 1200 a.C., em direção ao território onde hoje se situa a Grécia; esses povos, conhecidos como helenos, fixaram-se nas planícies costeiras, expulsando os nativos dessas terras. De 1250 e 1100 a.C., o autor conforma o surgimento do povo israelita, na localidade denominada Canaã, uma estreita faixa de terra situada entre o deserto do Sinai, as colinas sírias, o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo; esses grupos e tribos semitas aí se sedentarizaram, implantando um Estado monárquico monoteísta que floresceu de forma rápida e surpreendente. Já entre 900 e 600 a.C., povos de língua indo-europeia começaram a estabelecer colônias no litoral sul da Península Itálica, ocupando em especial a região que depois viria a ser conhecida como *Latium*, de onde se derivou o gentílico latino.

Embora haja uma lenda instrumentada politicamente e trabalhada artisticamente pela *Eneida*, de Virgílio – a de que os romanos descendem diretamente da civilização grega –, na realidade, segundo JHD, a verdade histórica é mais prosaica: ao invés de um grupo liderado pelo príncipe troiano Enéias, quem buscou as novas terras, nas colinas romanas, foram salteadores e lavradores, que controlavam a navegação do Rio Tibre, situado perto dali. E pelos caminhos às vezes tortuosos do processo histórico, os “primitivos, incultos e tardios” (p. 16) latinos herdaram o extraordinário legado civilizatório de helenos e israelitas, enquadrando-o em sua concepção de mundo ao mesmo tempo rústica e operacional. Desta forma, de acordo com o autor, o acervo artístico, literário e antropológico dessas três culturas, lenta e disparmente acumulado ao longo de um milênio, está na origem do Ocidente.

A seguir, algumas das características específicas dessa produção são referidas, por meio de três itens: lacunas, autoria e redação. Sobre as lacunas, o autor lembra que poucos são os textos desses povos que sobreviveram, podendo ser considerado um milagre que a *Ilíada* e a *Odisseia* tenham chegado até nós, devido à implacável ação do tempo e às condições de conservação adversas (fragilidade de papiros e pergaminhos, guerras, custo das reproduções manuais, acidentes naturais). Nesse sentido, JHD lembra, por exemplo, que somente um quinto das peças teatrais que Ésquilo, Sófocles e Eurípides escreveram é hoje conhecido.

Em torno da autoria, o comentário do escritor e professor contraria o senso comum de que na Antiguidade o conceito de autoria era inexistente ou fluido. JHD lembra que essa é uma generalização perigosa, muitas vezes beirando a falsidade, pois a ideia de propriedade intelectual

consolidou-se cedo, tanto que a maioria dos textos que percorreram os séculos até a contemporaneidade, salvo algumas poucas exceções, são identificados. Isso não se deu em Israel, em que a questão da autoria tinha natureza bastante diversa, pois a *Bíblia* era/é vista como a materialização da Divindade Suprema, através da revelação de Seu Ser transcendente e da narração da Sua ação criadora; logo, nesse contexto, não faz nenhum sentido, nem tem qualquer funcionalidade, o princípio autoral.

Acerca da redação, JHD diz que desde os séculos III e II a.C., com os gramáticos alexandrinos, um texto é definido e analisado sob quatro aspectos fundamentais quanto à sua materialidade externa: autoria (quem escreveu o texto?), datação (quando o escreveu?), autenticidade (aquele a quem se atribui a autoria foi realmente quem o escreveu?) e transmissão (de que forma e em que condições o texto chegou até o presente?). Em alguns casos, pode ser difícil ou até impossível responder às duas primeiras questões, mas a resposta, se encontrada, é simples e direta: o texto foi escrito por tal autor em tal data. As outras duas perguntas geram problemas que se interpenetram, em respostas que se afiguram variadas, hipotéticas, contraditórias. Quando se tem em vista a *Bíblia*, uma mescla de relatos míticos, lendários, ficcionais e históricos, essas perguntas – características, condições e fatores que condicionam uma espécie de “biografia do texto”, chamada modernamente de história da redação –, ganham especial relevo, já que é preciso levar em conta que o chamado Livro Sagrado fundamentou, e fundamenta, a fé de incontáveis crentes, embora o autor pondere que aplicará, em sua obra, métodos helenísticos e racionalistas na análise desse conjunto de textos de cunho religioso.

Ainda na introdução, JHD destaca o legado ético-civilizatório de cada uma das culturas, para depois, nos capítulos subsequentes, analisar os seus principais autores e obras, tendo como guias os mitos fundadores da Hélade (Prometeu, Orestes, Édipo, Antígone), de Israel (a Criação, a Queda, o Decálogo, a Ressurreição) e de Roma (Rômulo e Roma, a Fundação). No intuito de explicar a síntese ocidental a partir desse acervo tripartite, o historiador apresenta, de forma didática e sintética, os conceitos primordiais que impregnam a mundividência de cada um dos povos.

A Hélade possuía uma visão de mundo imanente e racionalista, sendo o homem/a espécie humana um fenômeno da natureza, como qualquer outro. O indivíduo vivia à mercê de forças superiores e incontáveis que regem a ele e a tudo que o cerca: “a *anánké*, ou necessidade/fatalidade; a *aretê*, ou força/poder, e a *tyche*, ou sorte/fortuna. Da primeira ele não pode fugir, a segunda ele precisa conquistar e na terceira ele não pode confiar” (p. 26). O caminho dos helenos é alcançar o conhecimento, dado que ele possibilita “descobrir as leis fixas da natureza e construir as leis variáveis da sociedade” (p. 26). Além disso, “o conhecimento leva à descoberta de que o homem é um *animal social* (Aristóteles)” (p. 26, grifo no original), ou seja, necessita da sociedade para desenvolver suas potencialidades. De início, os helenos uniam-se pelos laços de sangue (família/clã); com o passar do tempo, eles se desenvolveram até atingir a complexidade social da *pólis* (a cidade), em que cada indivíduo (o cidadão) pode desenvolver livremente suas capacidades, até o limite de suas possibilidades. O cidadão pertence à cidade e esta lhe pertence: “ela não existe sem ele e ele não existe sem ela” (p. 27). Cada *pólis* tem seus próprios deuses que organizam a religião do Estado, tendo este um poder supremo e totalitário.

De modo oposto é a civilização de Israel, que apresenta uma visão de mundo transcendente e providencialista. Para os israelitas, o Universo nasceu de um ato de Deus, considerado “único, eterno, onipotente, onisciente e perfeito” (p. 27). Criados à imagem e à semelhança de Deus, “o homem e a mulher sucumbiram, ainda na aurora dos tempos, à tentação do conhecimento e do poder, rompendo a ordem universal e afrontaram o Eterno” (p. 27). Como retaliação, através deles o mal, o sofrimento e a morte entraram no mundo, tornando-se uma herança perpétua e maldita para os seus descendentes (a raça humana), já que a Terra torna-se, então, um “vale de lágrimas” (p. 27). Sendo assim, Javé (Deus) entregou aos humanos um Código de Leis que, se respeitado, garantiria a sobrevivência da espécie. Nasce assim, no Sinai, personificada em Moisés, a civilização de Israel. O dom concedido por Javé

tem o seu preço, contudo: a exclusividade, expressa na frase “Eu sou o Senhor teu Deus. Não terás outros deuses diante da minha face”. O monoteísmo torna-se, então, a principal marca dessa cultura, que se constrói em torno de dois corolários: a igualdade entre os homens – “Amarás teu próximo como a ti mesmo” – e a separação entre o público e o privado, que dá origem ao fato de que Israel é, na verdade, “o berço da igualdade, da liberdade individual e da democracia no sentido moderno do termo. E não a Hélade. E o monoteísmo foi o fundamento” (p. 28).

A civilização romana, por sua vez, foi marcada pela visão de mundo pragmatista e contratualista. O mito fundador de Roma já apresenta a questão da propriedade. Rômulo e Remo eram irmãos, criados e alimentados por uma loba. Quando cresceram, um deles fez um sulco com o arado na terra e disse: “Daqui para cá, este pedaço de terra é meu. Eu mato quem o atravessar”. O outro quis invadi-lo e o irmão o matou, assim nascendo Roma. Nota-se que a cultura latina pauta-se na propriedade privada, princípio da sobrevivência do indivíduo: se posso, tenho; se tenho, posso. Esse tópico, com o tempo, transforma-se em *jus* (ordem, mandato, imposição, direito), a fim de regular a vida de todos e garantir a segurança de cada um. Por consequência, este “*jus* é elevado à condição de *lei*, que governa a todos e que por todos deve ser respeitada. Como decorrência, ela é a suprema proteção de todos os que diante dela são cidadãos (*cives*) e iguais” (p. 29, grifos no original). Respeitada a lei e ao abrigo dela, o cidadão é livre para estabelecer um acordo/contrato, que deve ser cumprido, pois o respeito ao pactuado é a salvaguarda do direito de cada um dos contratantes e a garantia de paz e concórdia entre os membros da sociedade.

Portanto, retomando o exposto, os textos iniciais, “Ao leitor” e “Introdução”, apresentam de forma clara para o leitor algumas teses e conceitos que moldam o discurso historiográfico de JHD, como, por exemplo, a sua preocupação em avisar o leitor sobre a origem da obra que ora tem em mãos, em definir claramente os critérios que nortearam a escolha das obras e em concatenar os dados concernentes à materialidade da literatura. Conforme se viu, o objetivo do autor é listar e apresentar as obras-mestras do legado literário ocidental, bem como narrar os fundamentos básicos que configuraram a literatura ocidental, resultante do sincretismo das três civilizações principais que moldaram o Ocidente: Hélade, Israel e Roma. JHD consegue, em poucas palavras, sintetizar as bases culturais de cada povo, aprofundando tais traços no exame das obras produzidas em cada uma dessas culturas, nos capítulos que se apresentam na sequência.

Toda narrativa histórica apresenta um início arbitrariamente estabelecido pelo escritor, ou seja, as origens. Nas histórias da literatura é comum ser instituído um ponto de partida para o começo de um determinado sistema literário. Evidentemente, a construção dessa abertura parte de um critério escolhido pelo historiador; nesse sentido, conforme David Perkins, “esses momentos inaugurais são convencionais, e histórias da mesma literatura podem escolher diferentes pontos de partida” (PERKINS, 1999, p. 10). Para Dacanal, tudo começou no disperso e fértil solo da Hélade, onde por primeiro germinou a árvore do Ocidente, depois fecundada pela ética de Israel e pela disciplina de Roma, cobrindo, conquistando e transformando o planeta, “para a glória e para a desgraça da espécie humana” (p. 33). Desta maneira inicia-se o capítulo dedicado à Hélade, que contempla a história e a literatura da Grécia Antiga. Para organizar sistematicamente “o longo período de quase um milênio que vai de Homero a Plutarco – ou, talvez, a Marco Aurélio” (p. 35), JHD emprega a divisão tradicional da historiografia em três segmentos: o primeiro, denominado de arcaico (ou pré-clássico), vai de 800 a.C. às Guerras Médicas, em 480 a.C.; o segundo, designado de clássico, das Guerras Médicas à morte de Alexandre Magno, em 323 a.C.; o terceiro, nomeado de helenístico (ou alexandrino), da morte de Alexandre até 200 d.C.

O período arcaico, que abarca cerca de três séculos, é dividido em quatro subcapítulos: “Homero”, “Hesíodo”, “A lírica” e “A filosofia”. Em relação a Homero, são apresentadas algumas informações em torno da questão homérica (Quem foi Homero? Onde viveu? Em que época? *Iliada* e *Odisseia* foram mesmo escritas por ele?). Na sequência, Dacanal, analisa a *Iliada* e a *Odisseia*, de forma separada, a partir de elementos históricos e temáticos, transcrevendo trechos de cantos de

ambas as epopeias. O mesmo método de crítica sucede nas obras *Teogonia* e *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo. A propósito da lírica grega, o autor registra que “como produção simbólica/artística, ela vem em terceiro lugar, depois da epopeia de Homero e da tragédia/comédia de Ésquilo, Sófocles, Eurípides e Aristófanes” (p. 57). O gênero lírico é historiado e organizado através seu lugar de origem. Deste modo, há a poesia das regiões da Jônia e da Eólia e a lírica da Grécia continental/peninsular; ambas são representadas por vários poetas de produção fragmentada e difusa, os quais recebem comentários a partir de uma perspectiva temático-histórica, com destaque para Arquíloco, Safo e Anacreonte, na região jônio-eólia, e Tirteu, Sólon e Píndaro, na lírica vinculada à *pólis* grega. Na parte filosófica, antes de listar e comentar vários nomes importantes, JHD de certa forma justifica a inclusão desses autores em sua obra: “A lírica, a ciência e a filosofia são irmãs gêmeas. A primeira medita sobre o mundo. A segunda o dissecar. A terceira o interpretar. E as três nasceram na Jônia, filhas do mesmo processo histórico” (p. 85). Os chamados pré-socráticos podem ser divididos em quatro grupos principais: os filósofos naturais, os eleatas, os pitagóricos e a dupla Heráclito/Empédocles, que não se liga a nenhuma escola específica. Esses filósofos todos, lembra JHD, surgem num período de imbricamento de três fenômenos: rápida expansão e cosmopolitização da sociedade urbana, redução do poder da casta aristocrática e aparecimento de uma nova elite intelectual racionalista e cética, a qual entra em conflito com a visão de mundo do passado, mítica e religiosa.

O período clássico, que envolve um século e meio, trata da produção literária dividida didaticamente em: “A tragédia”, “A comédia”, “A história”, “A filosofia e “A oratória”. A respeito da tragédia, após mapear a sua origem a partir dos rituais de fertilidade em homenagem a Dionísio, são delineadas sete observações; entre outras, JHD aponta que o drama ático é um fenômeno essencialmente urbano e determina a relação do gênero com a política, mostrando que a cosmovisão trágica é a fusão do racionalismo da lírica jônio-eólia com a urgência de ordenar um mundo em transformação. Depois, o autor descreve a vida e a obra dos tragediógrafos Ésquilo, Sófocles e Eurípides, com destaque para as peças de teatro sofoclianas *Édipo Rei*, *Édipo em Colono* e *Antígone*. Dessa última, como exemplo, comenta:

Antígone, disse Hegel, é a expressão do conflito entre o direito do Estado e o dever da família, sendo esta, assim considerada, uma espécie de etapa intermediária entre a tribo coletivista e indiferenciadora e a *pólis* igualitária e protetora. Em outros termos, um conflito entre o direito de sangue dos clãs aristocráticos e a lei positiva da *pólis* democrática. Assim é, e tal tema, enunciado com meridiana clareza, retorna recorrentemente à tona (p. 112).

Dos demais segmentos, JHD lembra outros nomes importantes: Aristófanes (comédia); Heródoto, Tucídides e Xenofonte (história); Platão e Aristóteles (filosofia); Demóstenes (oratória). Desses, os que merecem mais destaque são os dois filósofos, com comentários sobre as visões de mundo platônica e aristotélica, embasando-se, para tal, nas suas respectivas principais obras.

O período seguinte, helenístico, que abrange um pouco mais de um século, reúne três tópicos: “A história” (abarcando Políbio, Pausânias, Plutarco), “A filosofia” (Epicuro, Marco Aurélio, Plotino) e “A literatura” (Menandro, Teócrito, Calímaco, o romance grego). Sobre a literatura, em especial, JHD lembra que a produção desse período ocupa o último lugar em importância, sendo seus representantes pouco lembrados. Observa-se, aqui, assim como já se tinha visto em outros momentos da obra, que JHD cita também outros gêneros textuais da cultura letrada da Antiguidade, que não são, em sentido estrito, literários, tais como a história e a filosofia, intenção que já vem exposta no subtítulo do livro, que é “As origens de nossa cultura”, e não “As origens de nossa literatura”. Apesar de essa proposta configurar um alargamento nas histórias da literatura ocidental escritas anteriormente por autores brasileiros, nota-se que o professor e crítico sulino dedica sempre um número expressivo de páginas à literatura, sendo esta, portanto, a protagonista de

Para ler o Ocidente.

O capítulo que discorre sobre Israel inicia afirmando que foi no árido e mítico solo do Sinai que nasceu o “monoteísmo ético israelita, que, mais de um milênio depois, unindo-se ao impiedoso racionalismo helênico e ao imperativo pragmatismo romano, gestaria a Cristandade e a Europa” (p. 209). Mas se na Hélade o indivíduo, solitário e entregue à própria sorte, buscava desesperadamente compreender, a posteriori, a lei do mundo, para poder assim sobreviver em meio ao caos, em Israel essa lei estabelece, a priori, que o destino da espécie funda-se sobre o conflito entre regra/negação, repressão/desordem e civilização/barbárie. Antes de analisar especificamente a cultura de Israel, o historiador registra algumas considerações metodológicas, entre as quais se destaca que a *Bíblia*, com seus livros, suas personagens e sua doutrina, são vistos como registro das vicissitudes e da cultura de um grupo humano, nem superior, nem inferior, à civilização helênica: “Ainda que radicalmente diverso, o legado de Israel é, tal qual o da Hélade, *criação humana*” (p. 210, grifo no original).

Conforme JHD, a história política de Israel na Palestina, desde o final do século XIII a.C. até o início do século II d.C., é tradicionalmente dividida em dois momentos: período pré-exílico e período pós-exílico. O período pré-exílico abrange a formação (c. 1250-c. 1000 a.C.), a monarquia unificada (c. 1000-c. 920 a.C.), a subsequente divisão do reino do Norte (Israel) e do Sul (Judá) e o desaparecimento dos israelitas como nação: o Reino do Norte foi destruído pelos assírios, por volta de 720 a.C., e o Reino do Sul, conquistado pelos babilônios no início do século VI a.C., sendo extinto definitivamente em 587 a.C., momento em que Jerusalém foi arrasada e sua população deportada para a Mesopotâmia. O período pós-exílico inicia-se em 538 a.C., com o retorno de parte dos exilados e a reconstrução de Jerusalém e do Templo. Tem-se ainda a formação do judaísmo primitivo, a revolta dos Macabeus e o desenvolvimento do judaísmo tardio (c. 167 a.C.). Adiante, ocorre a conquista romana (64 a.C.), a destruição de Jerusalém e do Templo, o surgimento do cristianismo primitivo (c. 40-c. 90 d.C.) e do judaísmo rabínico (c. 80 d.C.), hoje denominado de religião judaica.

No período pré-exílico da cultura israelita, o autor examina os mitos fundadores e os profetas clássicos, com cada parte precedida de uma breve introdução, “sempre tendo o cuidado de não cair no emaranhado teórico das discussões especializadas nem no terreno conflagrado do debate entre religião e ciência” (p. 213). A seguir, JHD adverte, de novo, que a *Bíblia*, em sua obra, é vista como criação histórico-literária humana. No capítulo “Os mitos fundadores”, o autor começa definindo mito como um relato caracterizado por três elementos: um enredo ficcional/fictício, uma estrutura clara e um sentido cifrado. Após sistematizar os conceitos teóricos que constituem as narrativas míticas, base da cultura de Israel, o historiador mostra quais são os mitos por ele escolhidos para serem analisados:

Os mitos aqui selecionados, e qualificados de *fundadores* por conterem em si as componentes basilares de uma civilização, são a Criação, a Queda, o Sinai, a Igualdade e o Messias. Outros poderiam ter sido escolhidos. Seriam também importantes, mas seguramente menos representativos, em termos históricos e antropológicos, do legado civilizatório de Israel (p. 217, grifo no original).

Sobre especificamente a Criação (Gênesis 1), JHD afirma que é “ao mesmo tempo, uma cosmogonia e uma cosmologia. Em outros termos, *narra a origem do mundo e dele fornece uma interpretação*” (p. 221, grifo no original). Seguindo o padrão clássico das narrativas míticas, o redator, ali, observa a realidade à sua volta, descobre nela uma organização e constrói uma explicação para ambos os fenômenos. Por sua vez, a Queda (Gênesis 3, a história de Adão e Eva) é o mito fundador de Israel que mais se cristalizou na memória da Cristandade ocidental, visto que nele encontram-se uma dramaticidade e um significativo conteúdo antropológico articulados numa narrativa de plasticidade quase teatral. O mito do Sinai compreende os capítulos 19, 20, 24 e 32 do

livro do Êxodo, nos quais Deus, no Monte Sinai, entrega a Moisés os Dez Mandamentos e em troca da obediência ao Decálogo promete escolher Israel como o seu povo. A importância desse episódio fica radicada em algumas das afirmações pinçadas da obra de JHD: “O mito do Sinai, como conteúdo, é a Constituição de Israel, ressoando, contínuo e insistente, ao longo de seus escritos sagrados” (p. 237); “O mito do Sinai é o mais complexo dos mitos de Israel. Por ser, como o de Rômulo e Remo em Roma, *o mito fundador* por excelência, suas raízes mergulham nas camadas mais profundas do solo em que medrou” (p. 239, grifo no original); “O mito do Sinai é um mito civilizatório. Mais do que isso: é *o mito civilizatório por excelência*” (p. 244, grifo no original). O mito da Igualdade, presente nos capítulos 11 e 12 de I Samuel e II Samuel – a história do rei Davi, que força a morte de Urias para poder casar com a sua esposa, Betsabé –, marca a “posição secundária e dependente do poder político e administrativo diante da unidade monolítica da ética e da religião como poder transcendente e único” (p. 248). Por último, o mito do Messias foi aquele, entre todos os mitos fundadores de Israel, que

adquiriu, para a posteridade, maior importância. Porque Jesus de Nazaré, elevado por Paulo de Tarso e pelos demais fundadores do cristianismo primitivo à condição do próprio Messias/Rei esperado, transformou-se em ícone supremo de Israel e de sua civilização, a qual, amalgamando-se com a helênica e depois com a romana, fundou a Cristandade, gestou a Europa e delimitou o Ocidente (p. 262).

Fechando a fase pré-exílica, JHD faz uma visada panorâmica sobre os profetas clássicos de Israel: Amós, Oseias, Isaías, Miqueias e Jeremias.

No período seguinte, o pós-exílico, a análise recai sobre três partes fundamentais, cada qual com os seus respectivos livros da *Bíblia*: 1) a desilusão e a esperança – as Lamentações, o Segundo Isaías e os Salmos; 2) a crise sapiencial – os sete livros sapienciais: Salmos, Cântico dos Cânticos, Provérbios, Eclesiástico, Jó, Eclesiastes e Sabedoria; 3) o cristianismo primitivo – os livros do Novo Testamento (compostos por Evangelhos, Atos dos Apóstolos, Cartas e Apocalipse), havendo o destaque das parábolas dos Evangelhos; dos hinos, relatos e discursos de Lucas (retirados do Evangelho e dos Atos dos Apóstolos); e das passagens político-antropológicas das Cartas de Paulo de Tarso. No capítulo “A crise sapiencial”, registrem-se os comentários em torno do Livro de Jó, “o improvável, solitário e sublime milagre gerado pelo choque entre a sacralidade transcendental israelita e o racionalismo imanente helênico” (p. 326), e do Livro do Eclesiastes, “que surge a nossos olhos como obra única, fascinante e renitente a qualquer tentativa de reduzi-la (...) a uma visão de mundo coerente, a não ser a de expor, com transparência absoluta e profundidade incomparável, a crise terminal da teologia e da antropologia sinaíticas” (p. 329).

No capítulo dedicado a Roma, JHD aponta que na fértil, embora pouco extensa planície da foz do Tibre, “um povo primitivo e rústico (...) assentou seus casebres. Contudo, absorvendo a herança da Hélade, com seu gênio prático e ativo os transformou, em seu apogeu, nas monumentais ruínas que em Roma e em todo o seu Mediterrâneo ainda assombram o mundo” (p. 399). Para o autor, as heranças helênica, israelita e romana apresentam entre si características divergentes do ponto de vista do processo de formação, da evolução e do destino final. A cultura da Hélade nasceu e evoluiu de forma autônoma, sendo tardia e parcialmente absorvida pela israelita-cristã, que inclusive adotou a sua língua. O legado de Israel também teve sua gênese e evolução autônomas, mas depois de um conflito com o helênico, o absorveu e o reelaborou, resultando no Cristianismo helenizado, e depois, na filosofia trinitária. Por sua vez, o acervo romano, autônomo apenas nas suas lendas de origens, evoluiu e consolidou-se como tributário do helênico, dele se libertando parcialmente, para se combinar com o legado israelita-cristão, “aos quais forneceu a língua e a competência operacional, que formataram o arcabouço da Cristandade ocidental” (p. 400).

No sentido de organizar a produção literária, histórica e filosófica romana/latina, o autor divide esse período em três fases: “A sombra da Hélade”, “A era do apogeu” e “A aurora da

Cristandade”, sendo que este último tópico acaba configurando o epílogo da obra.

A primeira subdivisão, “A sombra da Hélade”, compreende dois escritores: Plauto e Terêncio. Plauto é descrito como “comediógrafo extraordinário”, com suas peças de teatro (*Anfitrião*, *Gorgulho*) possuindo “uma força cômica indiscutível, que se mantém ao longo dos tempos” (p. 405). Já Terêncio, que escreve em uma linguagem mais sofisticada que a de Plauto, também é autor de comédias (*Os adelfos*, *O eunuco*), nas quais aparecem “passagens em que se evidenciam tendências moralizantes e até filosóficas, o que vai muito além daquela crítica social direta e até grosseira não raro presente neste tipo de teatro – inclusive em Plauto” (p. 407).

Conforme JHD, a era do apogeu “possui interesse primordial, pois nela se encontra o que de mais autêntico, perene e elevado nos legou o gênio dos herdeiros dos rústicos mas objetivos camponeses do Lácio” (p. 400). Essa fase compõe-se de cinco tópicos: “Cícero”, “A lírica”, “A epopeia e o romance”, “A história” e “A filosofia”. Em cada uma, o professor e crítico destaca autores e obras fundamentais para uma compreensão do pensamento literário romano.

De Cícero, o “maior orador da história do Ocidente” (p. 419), são lembradas peças de retórica, como as *Catilinárias*, e de filosofia, como os tratados *Sobre a amizade* e *Sobre a velhice*. Da lírica, enumeram-se dados da vida e da obra de Catulo, Horácio, Virgílio e Ovídio, que nomeiam os subcapítulos; chama a atenção, neste momento, a transcrição de composições em latim dos quatro poetas, com a respectiva tradução para o português. Da epopeia e do romance, o grande destaque fica com a *Eneida*, de Virgílio, que é analisada a partir de três aspectos: “Gesta etiológica nacional”, “Panegírico político explícito” e “Monumento histórico e literário”; na sequência, há espaço para comentários acerca das *Metamorfoses*, de Ovídio; de *Farsália*, de Lucano; de *Satíricon*, de Caio Petronio; e de *O asno de ouro*, de Apuleio. Da história, comparecem os seguintes nomes: Júlio César, Tito Lívio, Salústio, Tácito e Suetônio; JHD diz que, seja pelo número de autores e obras, seja pela extensão do conjunto produzido, a produção histórica é o segundo segmento mais importante da literatura latina, só atrás da poesia. Da filosofia, embora a afirmação tradicional de que em Roma esse ramo do conhecimento, a rigor, inexistiu, a não ser como glosa da filosofia grega, JHD destaca Sêneca, Lucrécio e Fedro, este um “fabulista genial, jamais superado depois” (p. 547).

O capítulo final de *Para ler o Ocidente*, designado de “Epílogo”, é, na verdade, a continuação do legado romano/latino, sob o título “A aurora da Cristandade”. Aqui, há a sinalização do fim (provisório) da “longa jornada pelos caminhos que gestaram e formataram a Cristandade, a Europa e o Ocidente” (p. 553). O autor afirma que os últimos séculos da Antiguidade, que vai de Marco Aurélio (161 d.C.) à queda do Império do Ocidente (476), “caracteriza-se preponderantemente por uma produção decadente em termos de valor artístico e de combate ideológico em termos de conteúdo” (p. 553-554). Feita a crítica, JHD complementa:

No entanto, é um período crucial e fascinante em termos históricos, porque é ao longo dele que se trava a luta de vida e morte entre o agonizante mundo antigo e o nascente mundo novo, entre, de um lado, Israel, a Hélade e Roma e, de outro, a Cristandade, que, absorvendo a tríplice herança do passado e insumindo os bárbaros no presente, preparava o parto da Europa. Sim, é um período fascinante. E o é, paradoxalmente, por ser epigonal, fluido, indefinível, como se fosse uma mar revolto, em fúria, no qual o passado, múltiplo e despedaçado, vaga sem rumo em busca de um futuro que nem mesmo tênue se desenha no horizonte (p. 554).

O autor organiza esse período de transição, entre o fim da Antiguidade e o início da Idade Média, em cinco tópicos: “As heresias”, “Os Padres da Igreja”, “Agostinho de Hipona”, “Monaquismo e formas literárias” e “Boécio”. De todos, o mais importante é, sem dúvida, Agostinho de Hipona, ou Santo Agostinho. JHD aponta que a obra do referido filósofo, considerado centro do cânone do período em exame, atualmente quase não é mais lida, a não ser por especialistas em história do Cristianismo e/ou estudiosos da filosofia medieval. Todavia, há duas

exceções, *A cidade de Deus* e *As confissões*, ambas analisadas com mais vagar, em especial a segunda, considerada a “mais importante, se não a única realmente significativa, em termos literários amplos, escrita no Ocidente no período de cerca de um milênio que vai de Marco Aurélio a Dante” (p. 581). Nem mesmo as grandes epopeias medievais – *Os Nibelungos*, *A canção de Rolando*, *El Cid* – continuam sendo tão lidas, admiradas e comentadas como o volume confessional do Bispo de Hipona. O compêndio de JHD termina com uma rápida digressão acerca de Boécio, autor de obras de retórica, música, filosofia e matemática, embora a única ainda hoje lembrada e lida seja *Sobre a consolação da filosofia*, “breve e magistral texto que pode ser considerado o derradeiro lucilar do mundo antigo antes de mergulhar para sempre em um noite sem auroras” (p. 596-597).

A partir deste exercício analítico-descritivo de *Para ler o Ocidente: Hélade, Israel, Roma*, é possível o registro, a título de conclusão, de algumas constatações. Em primeiro lugar, a presença dos dois textos de caráter prefacial, o “Ao leitor” e a “Introdução”, reveste-se de importância, pelo caráter metodológico e didático das informações ali contidas, servindo como uma espécie de manual àquele que pretende ler a obra, no momento que delimita as “regras do jogo” e localiza temporal e espacialmente o contexto das obras e dos autores que serão analisados ao longo das páginas subsequentes.

Pode-se dizer, nos passos de Siegfried Schmidt, que JHD concatena os dados alinhavados com eficácia, elucidando satisfatoriamente os critérios que alicerçam a escrita de sua história da literatura, papel que cabe aos dois textos iniciais da obra, os quais ilustram os procedimentos metodológicos, os pressupostos teóricos e a contextualização histórica, ou seja, os motivos e as intenções que mobilizaram a escrita ficam claros ao leitor. Do ponto de vista temporal, a narrativa organiza-se a partir de uma perspectiva histórica, linear e cronológica dos eventos, do mesmo modo que o registro dos autores e a análise de suas respectivas obras também estão diacronicamente dispostos nessa ordem; assim, conforme sublinha David Perkins, JHD opta pela forma tradicional de narrativa para a escrita de sua história da literatura. Deste modo, pode-se afirmar que a obra segue – naquela “intenção organizadora” registrada por Perkins, com suas omissões e ênfases – o modelo historiográfico habitual, ao realizar a apresentação da vida e da obra dos autores em linha progressiva e sequencial, em capítulos ora nomeados pelos nomes dos escritores, ora pelos gêneros, ora pela temática.

Porém, de acordo com o que é preconizado pela teoria da história da literatura contemporânea, não há a intenção de abarcar tudo que foi escrito, preteritamente, na Grécia, em Israel e em Roma, até porque JHD afirma, no início, que sua obra tem muitas lacunas, assim como ele lembra que a maioria das obras da Antiguidade não chegou até nós, e mesmo as que hoje podem ser lidas, muitas vezes, apresentam-se fragmentadas, o que impossibilita e inviabiliza a completude. Antes da biografia do escritor, tem-se a narração histórica, política e cultural da região onde a obra foi produzida; esse procedimento colabora na contextualização, por parte do leitor, das obras que serão trazidas à tona posteriormente, valorizando elementos extratextuais, sem se prender, portanto, somente à análise estrutural.

É possível extrair um cânone do livro, formado por aqueles escritores citados ao longo das mais de 600 páginas de *Para ler o Ocidente*; desses, alguns destacam-se pelo espaço concedido por JHD: Homero, Hesíodo, Safo, Ésquilo, Sófocles, Eurípides, Aristófanes, Tucídides, Platão e Aristóteles podem ser considerados os autores fundamentais da Hélade; os mitos bíblicos (em especial os presentes no Gênesis, o Livro de Jó, Eclesiastes, os Evangelhos) são as narrativas fulcrais de Israel; e Plauto, Terêncio, Cícero, Horácio, Virgílio, Ovídio, Tito Lívio, Salústio, Tácito, Sêneca e Santo Agostinho formam a lista dos nomes incontornáveis do legado romano-latino. Se há um cânone, há também um “herói” da narrativa, conforme preconiza Perkins; no caso, “heróis”, no plural, pois as principais protagonistas do enredo, que se estende por vários séculos da criação literária, histórica e filosófica, são as três regiões eleitas por JHD como as essenciais na formação

ocidental – Hélade, Israel, Roma.

Para ler o Ocidente compreende não só os três gêneros literários clássicos – épico, lírico e dramático – mas também tipos textuais em geral pouco considerados nas histórias da literatura: relatos históricos, tratados filosóficos, peças de retórica, discursos, fábulas, cartas, lendas, mitos, salmos, cânticos, hinos, provérbios, parábolas. Nessa direção, JHD alerta várias vezes que encara a *Bíblia* como obra literária, escrita a partir de mitos criados por determinados grupos humanos, tanto que o autor não discorre sobre a narrativa bíblica a partir do âmbito da crença religiosa e da fé. A narrativa articula de forma adequada os âmbitos histórico, biográfico e estético com a crítica literária, bastante empregada por JHD; nesse sentido, há uma mescla no uso de aspectos extra e intraliterários nas análises encetadas.

Por fim, JHD comenta a intenção de escrever uma obra que complementaria o apanhado feito da Hélade, de Israel e de Roma, embora faça o alerta: “Por outro lado, considerando minha idade, não sei se terei tempo de elaborar a planejada segunda parte (Europa)” (p. 11); se escrito e publicado, tal livro constituiria acréscimo importante a *Para ler o Ocidente: Hélade, Israel, Roma*, pois lançaria seu olhar sobre o milênio e meio que compreende a passagem de tempo entre Boécio (morto em 524 d.C.) e os dias de hoje.

Referências

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
- DACANAL, José Hildebrando. *Para ler o Ocidente: Hélade, Israel, Roma – as origens de nossa cultura*. Porto Alegre: BesouroBox, 2013.
- PERKINS, David. História da literatura e narração. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999. Série Traduções.
- SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura: observações de um ponto de vista construtivista. In: OLINTO, Heidrun Krieger (Org.). *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996. p. 101-132.
- TYNIA NOV, J. Da evolução literária. In: EIKHENBAUM, B. et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 105-118.

Recebido em: 20 maio 2015.

Aprovado em: 19 jun. 2015.